



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – MUNICÍPIO**

RELOCI – CONSOLIDADO

EXERCÍCIO 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

EMITENTE: Unidade Central do Controle Interno

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Muniz Freire

GESTOR RESPONSÁVEL: Gesi Antônio da Silva Júnior

ANO: 2023

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, este Controlador Geral do Município de Muniz Freire/ES, lotado nesta função através do Decreto Municipal n.º 9.960/2023, deve esclarecer à essa Corte de Contas alguns pontos que merecem atenção especial, tendo como parâmetro o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF.

Preliminarmente vale esclarecer que essa Unidade de Controle Interno sempre foi composta exclusivamente por 01 (um) servidor, até o início do ano de 2024, com a atribuição de exercer as funções de controle interno de várias unidades gestoras do Município.

Entretanto, mesmo diante desta dificuldade, foram realizados procedimentos de inspeção e acompanhamento com a finalidade de atender ao PAAI do Município, dentre estes, acompanhamento, mesmo que por amostragem, da gestão dos recursos públicos, principalmente aqueles com aplicação constitucional mínima exigida, como a saúde e a educação. Bem como, acompanhamento através de outros procedimentos as questões que envolvem a gestão de pessoal, concessões de diárias e cessão de funcionários dentre outras atividades no exercício de 2023.

2. DA ANÁLISE E PARECER

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo, em conformidade com IN TCE-ES No 68/2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

Tendo como parâmetro os procedimentos adotados e as resoluções apresentadas, essa Controladoria selecionou os pontos de controles realizados no exercício 2023, com a intenção de apresentar as informações para compor o presente Relatório conforme determinações legais vigentes e ao final, será emitido Parecer Conclusivo sobre os mesmos.

Co d.	Objeto/Ponto de controle	Informaçõ es Analisadas	Base legal	Procediment o	Universo do Ponto de Controle ⁴	Amostras Seleciona da ⁵
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Analisando a documenta ção contábil, verificamos que não houve a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60 da Lei nº 4.320/64).	Lei nº 4.320/1 964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Verificado através de relatório extraído do software de contabilidade e pública.	Analisando a documentação contábil, verificamos que não houve a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60 da Lei nº 4.320/64). Caso tivesse sido realizadas despesas sem prévio empenho, esta CGM, com certeza recomendaria, para que fossem tomadas as devidas providências, empenhado e liquidado no mês de competência, e o pagamento no mês. subsequente
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Cadastro de Movimenta ção Financeira, emitido no sistema contábil .	CRFB/8 8, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o	Movimento Financeiro – Contabilidade – Total R\$ 4.211.786,90	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

				dia 20 de cada mês, em duodécimos.		
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais.	Relatório de empenhos, liquidações e pagamentos do sistema contábil, pelo credor: Instituto Nacional de Seguro Social.	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei nº 8.212/1991; LOM	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	INSS Patronal – Exercício de 2023.	Relatório do sistema contábil de liquidações e pagamentos que compreende a conta, contribuições sobre salários e remunerações – exercício de 2023. Verificamos que no período de janeiro a dezembro de 2023, o INSS, foi, empenhado e liquidado no mês de competência, e o pagamento no mês subsequente.
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei nº 924/2020 Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS	Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de empenhos, liquidações e pagamentos do sistema contábil, pelo credor: Instituto Nacional de Seguro Social. – Tabela do INSS.	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei nº 8.212/1991; LOM	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	INSS Patronal – Exercício de 2023.	Relatório do sistema contábil de liquidações e pagamentos que compreende a conta, contribuições sobre salários e remunerações – exercício de 2023. Verificamos que no período de janeiro a dezembro de 2023, o INSS, foi, empenhado e liquidado no mês de competência, e o pagamento no mês subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento.	Relatório de empenhos, liquidações e pagamentos do sistema contábil, pelo credor: Instituto Nacional de Seguro Social. – Tabela do INSS.	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei nº 8.212/1991; LOM	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	INSS Patronal – Exercício de 2023 – Listagem de Pagamentos do sistema de Contabilidade	Verificamos que no período de janeiro a dezembro de 2023, o INSS, foi, empenhado e liquidado no mês de competência, e o pagamento no mês subsequente.
1.2.4	Retenção/ Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor.	Relatório de empenhos, liquidações e pagamentos do sistema contábil, pelo credor: Instituto Nacional de Seguro Social. – Tabela do INSS	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei nº 8.212/1991; LOM,	Verificar se a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência .	INSS Patronal – Exercício de 2023	Verificamos, conferindo as folhas de pagamento de 2023, que o INSS mensal já é descontado do segurado em sua folha de pagamento. No momento em que a folha de pagamento é empenhada, já contempla esse valor que é devidamente registrado na Liquidação como desconto na conta Contribuições sobre Salários e Remunerações – INSS Servidor.
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS	Balanço Orçamentário Balanço Financeiro	Atendido. Regular.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - STN/SICONFI	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos	R\$ 15.354.315,42 - 4,52% Sobre a RCL	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

				tributários de competência do ente da federação.		
1.4.1	Educação aplicação mínima	RELATÓRIO O RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	R\$ - 19.672.126,81 - 30,47%	100%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RELATÓRIO O RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	R\$ 17.768.071,7 (equivalente a 109,17%)	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

1.4.4	Saúde aplicação mínima	RELATÓRI O RESUMID O DA EXECUÇÃ O ORÇAMEN TÁRIA	CRFB/8 8, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/201 2, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	R\$ 16.003.940,8 3 (equiv alente a 24,79 % das despesas liquidadas)	100%
1.4.7	Despesas com pessoal	RGF 2º Semestre Demonstrat ivo da Despesa com Pessoal /TCEES	LC 101/200 0, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ - 45.731.300,6 9 – 47,58% - Dentro dos limites.	100%
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório Contábil	LC 101/200 0, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF	R\$ 96.111.879,5 4 - Dentro dos limites Constitucion ais	100%
1.4.1 4	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Cadastro de Movimenta ção Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/8 8, ART. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º	Movimento Financeiro – Contabilidad e – Total R\$ 4.211.786,90	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

				do artigo 29-A da CRFB.		
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	STN/SICO NFI	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Dívida Consolidada Líquida - (R\$ 15.354.315,42 - 4,52% Sobre a RCL)	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentação encaminhada pelas UG's.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Em conformidade e compatibilidade com a IN 68 do TCEES.	100%
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	CRFB/88, art. 165, § 1º	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Art. 2º da Lei 2.712/2022	100%
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de	Art. 22 da Lei 2.712/2022	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

				empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.		
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Art. 23 da Lei 2.712/2022	100%
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Art. 26 da Lei 2.712/2022	100%
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei Nº 2.712, De 19 De Setembro De 2022 – Anexo II	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública,	Art. 3º da Lei 2.712/2022 – Anexo II	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

				dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.		
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios Obtidos junto ao Setor de Recursos Humanos	CRFB/8 8, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Atendimento e cumprimento legal aos padrões constitucionais.	100%

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Conforme acima relatado, apesar da insuficiência de servidores lotados nesta Controladoria, foram realizados vários procedimentos, mesmo que por amostragem, com a finalidade de promover o máximo possível os pontos de controles necessários para garantir uma administração pública isenta de vícios e atenta ao cumprimento de suas obrigações legais assumidas por meio da PPA, LDO e LOA e garantindo uma efetiva aplicação de seus recursos, conforme previsão orçamentária, bem como, garantir eficiência também nos serviços públicos realizados.

4. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Ao analisarmos a gestão orçamentária, patrimonial e fiscal do município de Muniz Freire/ES no exercício 2023, verificou-se que foram cumpridos os limites constitucionais na aplicação de recursos vinculados e manteve-se a execução orçamentária dentro dos controles necessários e legais.

Quanto à parte de efetivação das cobranças dos débitos registrados em dívida ativa e controle da prescrição destes títulos, verificou-se que o município atuou de forma mais eficiente na realização de procedimentos de cobranças e execuções, o que refletiu na arrecadação destes ativos com um aumento significativo. No que se refere aos bens patrimoniais, foi constatado que o município aperfeiçoou o controle de seus bens, sua valoração e depreciação monetária e com isso possibilitou um maior



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

controle de seu patrimônio, conforme exigência legal.

Para elaboração do presente relatório, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2023; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2023; nas Demonstrações Contábeis do Município além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 - LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), também referentes ao exercício financeiro de 2023.

O valor total da previsão inicial da receita do Município de Muniz Freire foi da ordem de R\$ 87.000.000,00, sendo que no decorrer do exercício de 2023 o total atingido foi de R\$ 112.382.114,90 (cento e doze milhões e trezentos e oitenta e dois mil e cento e quatorze reais e noventa centavos).

Município de Muniz Freire - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2023 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2023
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	87.000.000,00	99.349.108,54	25.186.960,00	25,35	112.382.114,90

Em contrapartida, o Município atingiu, em um ano atípico de gestão municipal, um total de despesas empenhadas na casa dos R\$ 134.574.328,47, totalizando um déficit de R\$ 22.192.213,57 (vinte e dois milhões e cento e noventa e dois mil e duzentos e treze reais e cinquenta e sete centavos).

Entretanto, tendo em vista se tratar de uma gestão sempre diligente com as contas públicas, como o ano de 2022 obteve um superavit de R\$ 32.368.989,25, tal monta fora utilizado no corrente ano para amortizar eventual déficit orçamentário que poderia ocorrer.

TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	87.000.000,00	99.349.108,54	25.186.960,00	25,35	112.382.114,90	113,12	(13.033.006,36)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	22.192.213,57	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	87.000.000,00	99.349.108,54	25.186.960,00	25,35	134.574.328,47	135,46	(13.033.006,36)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	32.368.989,25	—	—	32.368.989,25	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	32.368.989,25	—	—	32.368.989,25	100,00	—

O que se verifica ao final é a atuação da administração pública na adoção de medidas visando a eficiência na aplicação dos recursos públicos, no cumprimento da legislação e na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do município de Muniz Freire, no exercício de 2023, obedeceu aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

5. DA MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL - IMOBILIZADO

O patrimônio consolidado do exercício de 2023 sofreu acréscimo decorrente dos investimentos realizados pelo município em bens móveis e imóveis. Desta forma, a conta de bens móveis apresentou um saldo de R\$ 30.140.395,18 decorrente da aquisição de bens móveis, sendo que a conta de bens imóveis, apresentou um saldo de R\$ 153.559.776,62 decorrente da realização de obras de infraestrutura, resultando em um total imobilizado de R\$ 164.390.601,51.

<div><div>MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE SICONFI - RREO (CONSOLIDADO) ESPIRITO SANTO 27.165.687/0001-71 ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2023</div></div>	
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS	
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPACOES PERMANENTES	
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS - FUNDAMENTO EM CAPITALIZAÇÃO	
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS - FUNDAMENTO EM REPARTIÇÃO	
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	
IMOBILIZADO	164.390.601,51
BENS MOVEIS	30.140.395,18
BENS IMOVEIS	153.559.776,62

Tal oscilação ocorreu em virtude do município ter realizado em 2023, investimentos em imobilizados e equipamentos e materiais permanentes, conforme detalhado nos anexos de movimentação patrimonial exigidos pela IN nº. 068/2020 de cada Unidade Gestora específica.

Em comparação ao exercício anterior, o total de patrimônio imobilizado obteve uma oscilação positiva de aproximadamente 16%.

6. DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No que tange ao patrimônio líquido do Município podemos notar uma variação positiva em relação ao exercício anterior, elevando o total de R\$ 179.107.929,66 para R\$ 183.165.249,82, totalizando um aumento de aproximadamente 2.26%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
RESERVAS DE LUCROS		
DEMAIS RESERVAS		
RESULTADOS ACUMULADOS	183.165.249,82	179.107.929,66
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	4.058.054,75	30.155.189,78
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	179.113.864,17	148.867.252,21
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(6.669,10)	85.487,67
SUPERAVITS OU DEFICITS RESULTANTES DE EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
LUCROS A DESTINAR DE EXERCICIOS ANTERIORES		
RESULTADOS APURADOS POR EXTINCAO, FUSAO E CISAO		
(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	183.165.249,82	179.107.929,66

7. ATIVOS NÃO CIRCULANTES – DÍVIDA ATIVA

No que tange aos ativos não circulantes do Município, observa-se que houve também uma variação positiva em relação ao exercício anterior, elevando o total de R\$ 146.609.081,31 para R\$ 170.244.983,31, e especialmente nota-se a elevação da dívida ativa tributária municipal que passou de R\$ 4.596.738,91 para R\$ 5.302.463,08.

ATIVO NAO-CIRCULANTE	170.244.983,31	146.609.081,31
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.556.144,75	4.799.460,86
CREDITOS A LONGO PRAZO	5.556.144,75	4.799.460,86
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		
CLIENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	5.302.463,08	4.596.738,91
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	871.031,09	735.995,38

Objetivando melhorar de forma constante e gradativa a arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa, desde o ano de 2021 foi desenvolvido o programa Consciência Tributária, cujo propósito visa envolver a população no sentido de aumentar a arrecadação tributária do município, focado primeiramente na orientação das crianças, cidadãos, comerciantes e empresários de nosso município sobre a importância de se exigir o documento fiscal em todas as transações realizadas.

8. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Quanto ao questionamento que se refere à gestão da Previdência, deixo de apresentar manifestação, pois o município de Muniz Freire/ES é optante pelo regime geral de previdência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

9. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

A Controladoria Geral Municipal examinou peças aleatórias que compõe a Prestação de Contas Anual das Unidades Gestoras e do Prefeito do Município de Muniz Freire, relativo ao exercício financeiro de 2023. O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, e avaliar os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Muniz Freire – ES., em face ao cumprimento as determinações contidas na IN TCE/ES nº 068/2020, e art. 70 e 74 da CFRB/64, combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, resultando no Relatório e Parecer conclusivo do Órgão Central do Controle Interno: i) Anexo III – A – RELOCI e Anexo III – A – RELACI, compõe a Prestação de Contas do Prefeito.

10. DO MONITORAMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI E OUVIDORIA MUNICIPAL

A Controladoria Geral Municipal exerce apenas o monitoramento da Lei de Acesso à Informação, sendo o Gabinete do Prefeito responsável pela sua operacionalidade. O Município de Muniz Freire conta com o Serviço de Acesso à Informação SIC, bem como, com o Serviço Eletrônico de Acesso à Informação – E-Sic, a fim de cumprir com as exigências legais de Transparência Passiva.

No que tange a Transparência Ativa, a fim de aprimorar seus mecanismos de transparência e atender as determinações legais, o Poder Executivo Municipal implantou o Portal de Transparência, nos termos da Lei, a fim de garantir não só a transparência dos atos administrativos, mas publicidade dos mesmos, tornando-se este Portal um mecanismo de fiscalização social.

O Portal de Transparência do Município, além de contemplar as informações exigidas por Lei, bem como, as recomendações deste Egrégio Tribunal de Contas, busca facilitar o acesso às informações, bem como, disponibilizar um canal direto de acesso do cidadão com o Poder Público, podendo fazer seus requerimentos via e-Sic, bem como, reclamações e denúncias, que são prontamente avaliadas pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
Controladoria Geral do Município

A Prefeitura Municipal de Muniz Freire possui o sistema de Ouvidoria, pelo Fala-BR, do Governo Federal, disponibilizado no site oficial da instituição, com algumas demandas no decorrer do ano, tempestivamente respondidas, cujo relatório consta do Portal da Transparência.

Esta CGM supervisiona o Portal de Transparência para que sejam atendidos em tempo legal, a qual vem solicitando melhorias a administração municipal, a fim de aprimorar cada vez mais, tal mecanismo de controle social.

11. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinadas a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, Prefeito do Município de Muniz Freire/ES, relativa ao exercício de 2023, esta Unidade de Controle, tendo como base os relatos acima e pontos de controle avaliados, elencados no Item 2 desta manifestação, opina que a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Isto é, ao analisarmos a prestação de contas anual no exercício 2023, num contexto geral pode-se afirmar que o município de Muniz Freire/ES, manteve-se dentro da regularidade no que se refere a parte contábil/orçamentária, e cumprimento das normas legais na aplicação de recursos vinculados, bem como, pode-se verificar que a municipalidade apresentou um satisfatório superávit e categórica habilidade na tomada de decisões que possibilitaram o aumento da arrecadação para o período.

Diante dos fatos apresentados e considerando as dificuldades impostas, esta Controladoria não vislumbrou, diante dos pontos de controle realizados, nenhum ato que demonstrasse alguma inconformidade ou irregularidade praticada pela administração pública no exercício analisado.

Pede-se deferimento.

Muniz Freire, ES, 21 de março de 2024.

LUCAS DALLAPICOLA TEIXEIRA MIRANDA

Controlador Geral CC-1

Decreto Municipal n.º 9.960/2023